

## 17. ECONOMIA E RECURSOS NATURAIS

Desde a sua constituição, em 1948, o Estado de Israel tem vindo a esbulhar os Palestinos das suas terras e dos seus recursos naturais a fim de os explorar em proveito próprio e, como consequência, bloquear o desenvolvimento económico palestino e a constituição de um Estado soberano e viável.

A água é a arma silenciosa com que Israel procura quebrar a resistência dos Palestinos. Por isso, logo após a ocupação da Cisjordânia, de Jerusalém Oriental e da Faixa de Gaza, em 1967, colocou todos os recursos hídricos e infra-estruturas relacionadas com a água sob controlo das autoridades militares.



*Os colonos israelitas que vivem ao lado dos palestinos na Cisjordânia — em alguns casos a apenas algumas centenas de metros de distância — não enfrentam quaisquer restrições no acesso à água, e podem utilizá-la abundantemente em terras agrícolas, em jardins ou em piscinas, como esta no colonato de Ma'ale Adumim.*

Os Palestinos — ao contrário dos colonos israelitas — não podem perfurar novos poços de água, instalar bombas ou aprofundar os poços existentes sem uma autorização, que raramente lhes é concedida, além de lhes ser negado o acesso ao rio Jordão e às nascentes de água doce. Mesmo a recolha de água da chuva é controlada por Israel, e as cisternas de recolha de águas pluviais são frequentemente destruídas pelo exército israelita.

Enquanto isso, Israel, através da sua companhia estatal Mekorot, desenvolveu a sua rede de água na Cisjordânia para utilização dos seus próprios cidadãos. Estima-se que 80% a 85% das águas subterrâneas da Cisjordânia — o Aquífero da Montanha — são destinadas aos israelitas que vivem nos colonatos ou no Estado de Israel.

Segundo o Gabinete de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), os Palestinos consomem em média 73 litros de água por dia por pessoa, muito abaixo do mínimo de 100 litros diários *per capita* recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Em muitas comunidades, o consumo



*A agricultura palestina sofre de numerosos problemas decorrentes da ocupação israelita, tais como bloqueios à exportação de produtos agrícolas e à importação de produtos essenciais, confisco generalizado de terras para reservas naturais, para uso militar ou para uso dos colonos, confisco e destruição de poços, e mobilidade coarctada por barreiras físicas dentro da Cisjordânia.*

de água é de apenas 20 litros por pessoa por dia. Em contrapartida, um israelita consome em média 300 litros de água por dia.

Privados do acesso a fontes de água, os Palestinos são forçados a comprá-la à Mekorot, a preços muito elevados e ainda assim em quantidades fixadas pelas autoridades israelitas.

Em Gaza, cerca de 90% a 95% do abastecimento de água estão contaminados e são impróprios para consumo humano. O único recurso de água doce, o Aquífero Costeiro, é insuficiente para as necessidades da população e está a ser cada vez mais esgotado pela sobre-extracção e contaminado por infiltração de esgotos e água do mar.

A **agricultura** é um pilar fundamental da economia palestina, contribuindo significativamente para o rendimento nacional, para as exportações, para a segurança alimentar e para a criação de emprego, mas a sua produtividade é fortemente afectada pelas restrições impostas pela ocupação israelita.

A ocupação faz-se sentir: na apropriação dos recursos, particularmente da água e da terra; no condicionamento económico, que torna a agricultura palestina complementar e não concorrencial da israelita; na criação de uma força de trabalho barata; e na alienação dos custos ambientais, descarregando os poluentes nas terras palestinianas.

Segundo a CNUCED (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), apenas devido às restrições de Israel à importação de fertilizantes, a produtividade agrícola nos TPO diminuiu entre 20% e 33%.

As restrições de Israel à circulação de agricultores, serviços e comércio agrícola implicam custos acrescidos. Estima-se que os custos de exportação e importação suportados pelos produtores palestinianos são duas vezes superiores aos suportados pelos seus homólogos israelitas.

A ocupação da Área C da Cisjordânia priva a economia palestina de 63% dos seus recursos agrícolas, incluindo os mais férteis e melhores terrenos de pastagem, como no Vale do Jordão. Também a construção do Muro do Apartheid e a expansão dos colonatos israelitas diminuíram a área disponível para as actividades agrícolas.

Nos últimos anos tem-se intensificado a violência dos colonos sobre as propriedades palestinianas, com o roubo e destruição de



*Israel prende pescadores palestinos e apreende os seus barcos, proíbe a importação de materiais utilizados para reparações e dispara contra barcos que alega navegarem para além do raio de acção permitido. Até à data, os tiros israelitas mataram sete pescadores e feriram centenas.*

colheitas, arranque e incêndio de oliveiras e árvores de fruto, assaltos a rebanhos e agressões, por vezes mortais, a agricultores.

As restrições israelitas levaram ao quase colapso da **indústria pesqueira** de Gaza. Dos cerca de 10 000 pescadores de há 20 anos, restam menos de 4000, que têm condições de trabalho perigosas impostas por Israel e vivem com as suas famílias numa pobreza extrema.

Quando o Acordo de Oslo (1993) foi assinado, foi dito aos Palestinos que um dos benefícios seria a expansão da zona de pesca de Gaza — até 20 milhas náuticas (aproximadamente 37 km). Mas, tal como o resto das promessas de Oslo, o acordo de pesca nunca foi honrado por Israel.

Até 2006, os militares israelitas permitiram aos habitantes de Gaza pescar dentro de uma zona que nunca excedeu 12 milhas náuticas. Em 2007, quando Israel impôs o seu bloqueio a Gaza, a zona de pesca foi reduzida ainda mais, primeiro para seis milhas náuticas e mais tarde para três, quando não é fechada totalmente. As restrições dos limites de pesca são uma das várias formas de punição colectiva impostas aos habitantes da Faixa de Gaza.



*A Palestina está quase totalmente dependente do exterior para o fornecimento de electricidade. No entanto, há importantes reservatórios de petróleo e gás natural sob o território da Cisjordânia e ao largo da Faixa de Gaza, mas Israel apropriou-se deles e explora-os para seu exclusivo benefício.*

Em 2000 foi descoberta uma importante reserva de **gás natural**, a Marinha de Gaza, a cerca de 20 milhas náuticas da costa de Gaza. Nos termos do Acordo Oslo II (1995), a Autoridade Palestina teria jurisdição marítima sobre esta área. No entanto, após a operação militar contra Gaza, em Dezembro de 2008, Israel confiscou os campos de gás natural palestinos e integrou-os nas suas instalações *offshore* contíguas às da Faixa de Gaza. Deste modo, ao povo palestino têm sido negados os benefícios da utilização deste recurso natural para financiar o desenvolvimento socioeconómico e satisfazer as suas necessidades de energia. As perdas acumuladas estão estimadas em milhares de milhões de dólares.

Israel assumiu unilateralmente a exploração do campo de **petróleo** e gás natural de Meged, localizado no interior da Cisjordânia ocupada. Israel afirma que o campo se situa a oeste da linha de armistício de 1949, mas a maior parte da reserva — cerca de 80% do total — está situada sob o território palestino ocupado desde 1967. Ao abrigo dos Acordos de Oslo (1993), assinados entre Israel e a OLP, qualquer trabalho de exploração

de recursos naturais devia ser coordenado e mútuo, mas Israel explora o campo para seu benefício exclusivo.

Ao confiscar e explorar os recursos de petróleo e gás palestinos sem ter em conta os interesses, direitos e quotas da população ocupada, Israel está a violar o disposto nos Regulamentos de Haia e na Quarta Convenção de Genebra no que respeita à exploração de recursos comuns por uma potência ocupante.

O povo palestino também exerce apenas um controlo limitado sobre a **política fiscal**. De acordo com o estipulado no Protocolo de Paris sobre Relações Económicas (1994), Israel controla a política monetária, as fronteiras e o comércio palestinos. Também cobra direitos aduaneiros, IVA e impostos sobre o rendimento dos palestinos empregados em Israel, que depois transfere — ou devia transferir — para o governo palestino. A CNUCED estima que, sob a ocupação, o povo palestino perdeu 47,7 mil milhões de dólares em receitas fiscais no período 2007-2017, incluindo as receitas perdidas para Israel e os juros acumulados, o que é dez vezes o investimento do governo palestino no mesmo período.